

1 **Comissão Intergestores Bipartite de Assistência Social de Santa Catarina (CIB-**
2 **SC-AS).** Aos trinta dias do mês de julho de dois mil e vinte, às treze e trinta horas,
3 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, na Rua Fúlvio Aducci, nº 767,
4 Estreito, Florianópolis, Cep: 88075-001, realizou-se a 6ª Reunião Plenária Ordinária da
5 Comissão Intergestores Bipartite da Assistência Social (CIB-AS-SC), por meio de
6 videoconferência, com a presença dos membros: representantes da Secretaria de
7 Estado do Desenvolvimento Social (SDS/SC): Maria Elisa da Silveira De Caro (Titular e
8 Coordenadora da CIB-AS-SC), Luciane dos Passos (Titular, Diretora de Assistência
9 Social), Esmael Ros da Luz (Titular e Gerente de Planejamento e Avaliação), Maristela
10 Antônia dos Santos (Titular, Gerente de Proteção Social Básica) e representantes do
11 Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social (Coegemas/SC):
12 Luan Maciel (Titular e Presidente do Coegemas); Tiago Casara (Suplente e Secretário
13 Municipal de Capinzal/SC), Sandra Pinheiro (Titular e Secretária Municipal de
14 Assistência Social de Joaçaba/SC), Ulda Baldissera (Suplente e Secretária Municipal
15 de Assistência Social de Chapecó/SC). Ainda estavam acompanhando, profissionais da
16 SDS, gestores e técnicos municipais, representantes da câmara técnica, associações
17 de municípios, conselhos. Maíra Ribeiro Melo, Secretária Executiva da CIB-AS-SC,
18 realizou a chamada de composição da mesa virtualmente. Passou a coordenação da
19 reunião à Secretária Maria Elisa De Caro que iniciou saudando a todos, agradeceu a
20 presença nesse módulo de videoconferência no intuito de contribuir com a execução da
21 Política de Assistência Social e o fortalecimento do SUAS no Estado de Santa Catarina,
22 nesse momento tão preocupante por motivo da pandemia mundial ocasionado pelo
23 coronavírus, (COVID-19). Sr. Luan também deu as boas vindas a todos. Ressaltou a
24 importância da realização da CIB mesmo nesse período de grande dificuldade à todos,
25 causada pela pandemia do coronavírus, momento muito importante de fortalecimento
26 da política de Assistência Social, desejou uma excelente tarde de trabalho. Em seguida
27 foi realizada a apreciação e aprovação da pauta com os seguintes pontos: **1º.**
28 **Verificação da presença e da existência de quórum,** confirmado; **2º. Apresentação,**
29 **apreciação e aprovação da pauta,** foi informado que a pauta havia sido encaminhada
30 a todos os interessados anteriormente, aberta para aprovação da pauta, a mesma foi
31 aprovada pelo Coegemas, com a inclusão dos seguintes itens: Cofinanciamento 2020 -
32 2ª e 3ª parcelas e Recursos extraordinários: prorrogação prazo de entrega do Plano de
33 Trabalho e a supressão, solicitada pela SDS, do item Programa de Aquisição de
34 Alimentação (PAA) – Segurança Alimentar – SDS, em face da Coordenadora do
35 Programa, não poder estar presente na reunião, mas foi informado que o tema foi
36 abordado nos informes e caso seja necessário, será debatido na próxima reunião. Após
37 a pauta foi aprovada pela mesa da CIB. **3º. Apreciação e aprovação da ata da**
38 **reunião plenária anterior,** foi aprovada a ata da 5ª Reunião Plenária Ordinária por
39 videoconferência, com sugestões levantadas pelo Coegemas, com conteúdo de
40 acordo. **4º. Matéria de Pactuação:** Sr. Caio informa que alguns municípios não
41 entregaram os Planos de Trabalho referentes a 2a e 3a parcelas do cofinanciamento

42 estadual de 2020, na data estabelecida na 4ª CIB AS SC, foi questionado aos membros
43 do Coegemas se aprovavam a prorrogação do prazo de entrega do Plano de Trabalho
44 para os municípios que entregaram até o dia 02/07/2020, o que todos votaram a favor.
45 E ainda, foi aprovada também a prorrogação do Plano de Trabalho dos Recursos
46 Extraordinários para Benefícios Eventuais, por motivo da pandemia causada pelo Covid
47 19. Foi lida a Resolução 07 da CIB AS SC que dispõe a respeito do Cofinanciamento
48 2020 - 2ª e 3ª parcelas e Recursos Extraordinários para Benefícios Eventuais:
49 prorrogação prazo de entrega do Plano de Trabalho, em decorrência das dificuldades
50 causadas pela pandemia do Covid19. O que foi pactuado. **Alteração dos membros da**
51 **Mesa Diretora e membros da Câmara Técnica:** Sr. Luan esclarece que foi debatido
52 em reunião do Coegemas, mas pelo Estatuto do Coegemas a mesa Diretora do
53 Colegiado deve ser aprovada em eleição ordinária, e que estão tendo dificuldades de
54 realizar a mesma, face a situação de dificuldade pela pandemia causada pelo Covid19,
55 e ainda as eleições municipais, esclarece que esta é uma questão regimental do
56 Coegemas, que irão estudar junto com a Câmara Técnica do Coegemas como resolver
57 o assunto, para que na próxima reunião de CIB possa ser pactuado. Sra. Maíra
58 esclarece que de acordo com o art. 4º, § 5º do Regimento Interno da CIB, em situação
59 de impossibilidade de representação por porte de municípios, é possível ser modificado
60 a proporção por porte dos municípios descrita no inciso II do art. 2º do referido
61 regimento, porém salienta que não pode haver diminuição do número de integrantes do
62 Coegemas, que devem ser 06 (seis) Secretários municipais de Assistência Social e
63 respectivos suplentes. Sr. Luan informou que haverá reunião de Câmara Técnica do
64 Coegemas em que será abordado o assunto. **Alteração do Calendário Anual da CIB:**
65 A alteração do calendário foi aprovada, com as seguintes datas: Agosto: Reunião CIB
66 dia 27/08/2020, 13:30hs. E dezembro: 08/12/2020, 13:30 hs. Calendário alterado pela
67 mudança do pleito eleitoral do ano de 2020. **5º. Matéria de Discussão: Informes da**
68 **CIT** que ocorreu no dia 10 de julho de 2020: Secretária Mª Elisa informa a reunião foi
69 mais amena que a anterior, foi debatido a respeito da nova composição da CIT,
70 membros do Congemas, do Fonseas, e ainda, os novos técnicos do Ministério da
71 Cidadania (MC). Outro ponto foi o planejamento e calendário da CIT, a recomposição
72 do orçamento ordinário, e o mais importante que deve ser destacado foi que o Fonseas
73 se manifestou e elaborou documento para enviar ao MC, em relação à questões que
74 estão havendo dificuldades de diálogo claro com o MC, foi citada a revogação da
75 emenda constitucional 95, que é debatida em todas as reuniões de CIT, desde o ano
76 de 2019, recomposição do orçamento ordinário, assegurar a continuidade da renda
77 básica até o final do ano de 2020, a manutenção do BPC (Benefício da Prestação
78 Continuada), ampliação dos serviços socioassistenciais, reordenamento e continuidade
79 do financiamento dos recursos do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil),
80 cumprimento das normativas do SUAS, com as decisões relativas à política da
81 Assistência Social, que são pactuadas e deliberadas na CIT, e no CNAS (Conselho
82 Nacional de Assistência Social), Projeto de Lei 1.888, que trata do auxílio dos Direitos

83 Humanos para as ILPIs (Instituição de Longa Permanência), a participação da CIT,
84 Secretaria Nacional de Assistência Social e CNAS, junto ao Ministério da Economia
85 referente aos debates do Programa Renda Brasil. Sendo esses os temas que foram
86 debatidos em CIT e que serão levados ao MC por meio de um documento elaborado
87 pelo Fonseas. **Manutenção da suspensão das atividades em grupo, realizadas nos**
88 **serviços Socioassistenciais, enquanto durar a pandemia decorrente da Covid-19:**
89 Foi dada a palavra para a Gerente de Proteção Básica, Sra. Maristela dos Santos, que
90 ressaltou a importância do Coegemas junto aos Secretários Municipais de Assistência
91 Social, pois alguns municípios têm questionado a possibilidade de retorno das
92 atividades em grupo, tanto das oficinas do PAIF, quanto do SCFV, assim é necessário
93 esclarecer e ressaltar que essas atividades ainda estão suspensas, que os casos de
94 covid19 vêm se agravando no Estado, então para segurança de todos, usuários e
95 trabalhadores, as atividades devem permanecer suspensas. Informar que a Portaria 54
96 do MC está vigente, que dispõe da suspensão dos serviços coletivos, no entanto,
97 afirma que se deve manter o acompanhamento junto aos usuários, bem como o
98 acompanhamento das famílias, sendo que estes devem ocorrer, por meio remoto,
99 videoconferências, whatsapp, atendimento telefônico. Desta forma, coloca a gerência a
100 disposição para esclarecimento de dúvidas, e agradece a todos. **Portaria SES SC 464**
101 **de 03 de julho de 2020 – que institui o Programa de Descentralização e**
102 **Regionalização das Ações de Combate à COVID-19:** Sr. Maicon Medeiros, gerente
103 de alta complexidade da SDS e membro representante da SDS no GRAC (Grupo de
104 Ações Coordenadas da Defesa Civil do Estado de SC), na operação Covid19,
105 esclareceu que o GRAC é uma instância consultiva junto ao COES (Centro de
106 Operações de Emergência em Saúde) da Defesa Civil, que tomam as decisões em
107 relação à situação de emergência causada pela pandemia do covid 19, junto com a
108 Secretaria de Estado da Saúde (SES) e Governador. Em 03 de julho de 2020, entrou
109 em vigor a Portaria 464 da SES, foi instituído um programa de descentralização e
110 regionalização das ações de combate à Covid 19 no Estado, houve uma mudança em
111 relação ao combate à propagação do vírus, dando mais autonomia às regiões para que
112 possam tomar decisões conjuntas. O programa possui alguns itens em sua
113 composição, sendo que estão disponíveis para acesso dos municípios, que podem ser
114 encontrados no site: www.coronavirus.sc.gov.br, em que são atualizados todos os dias
115 a situação da propagação por regiões, se disponibilizou junto aos municípios para as
116 orientações que forem necessárias. Agradeceu a todos. Sr. Luan informou que em
117 reunião do Coegemas, foi debatido o fechamento de vários serviços socioassistenciais,
118 como exemplo o INSS e pondera a falta de coerência de vários equipamentos,
119 principalmente da União (Governo Federal), em que não pode haver fila na porta do
120 INSS, da Receita Federal, mas pode haver fila no CRAS, local em que acabam vindo
121 todas as demandas. E solicita que esta situação deve ser levada à reunião de CIT, pois
122 o governo federal não está cumprindo com seu papel de disponibilizar o acesso aos
123 serviços pela população, principalmente a mais vulnerável, que precisa acessar os

124 serviços com maior urgência. Secretária M^a Elisa concordou com Sr. Luan, informa que
125 os Estados da federação também estão indignados com essa falta grave do Governo
126 Federal, é um assunto que se tem debatido em várias instâncias, pois a maioria dos
127 serviços da esfera federal estão abertos, ainda que com carga reduzida de trabalho,
128 mas justamente aqueles que atingem diretamente a política de Assistência Social, não
129 estão funcionando. Então a indignação é muito grande por parte de todos. Sr. Tiago
130 (Secretário municipal de Capinzal) informou que o município tem respondido a muitos
131 ofícios do Ministério Público, uma cobrança grande em relação ao município, enquanto
132 demais órgãos, principalmente na esfera federal, à autonomia é total, não se questiona
133 e não há exigências para esses órgãos. Secretária M^a Elisa concordou com Sr. Tiago e
134 informou que o Fonseas (Fórum Nacional de Secretários de Estado da Assistência
135 Social) já está atento e debatendo estas questões, pois todos entendem que não há
136 legitimidade para que determinados órgãos federais não estejam abertos. **Recursos**
137 **Federais: Lei nº 10.024/2019 de 20/09/2019 – regulamenta a licitação, na**
138 **modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a**
139 **contratação de serviços comuns e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no**
140 **âmbito da administração pública federal:** Sr. Caio informou que é necessário
141 respeitar todos os rigores da lei, independente da pandemia covid 19. Sr. Luan
142 exemplificou que muitas vezes o Benefício Eventual é disponibilizado em forma de
143 pecúnia ao usuário, e questionou como ficaria a comprovação desta situação. Sr. Caio
144 informou que este valor não atinge o teto estabelecido na lei, sendo necessário
145 somente a justificativa e comprovação da destinação do recurso e a lei municipal que
146 justifique. Informa que em relação aos recursos federais que vieram para o Estado e
147 que foram repassados aos municípios, à prestação de contas deve ser realizada nos
148 moldes e determinações estabelecidas pelo governo estadual. **Prestação de Contas**
149 **para aquisição de Equipamento de Proteção Individual (EPI) Recursos da Portaria**
150 **369 de 29 de abril de 2020:** Sr. Caio informou que é possível que seja comprado
151 álcool em gel, relatou que no manual de perguntas e respostas da Portaria 369, consta
152 a possibilidade e permissão desta aquisição. Sr. Luan, solicitou um último tema para
153 discussão em CIB a respeito dos recursos da Lei 173, foi debatido no Coegemas em
154 solicitar reunião com o Secretário Estadual Paulo Eli, para entender os critérios
155 utilizados para a definição dos repasses dos recursos, em que a política de Assistência
156 Social ficará somente com aproximadamente 04% (quatro por cento). Entende ser uma
157 desproporção muito grande, sendo que tanto a Saúde e a Assistência Social, estão
158 sendo tratadas como serviço essencial. Então gostaria de solicitar à Secretária M^a Elisa
159 e a CIB se seriam parceiros em assinar documento juntamente com o Coegemas
160 questionando a situação, ou se somente o Coegemas fará esse movimento, pois não
161 concorda com o valor destinado à Assistência Social. Secretária M^a Elisa lembrou que
162 já participou de reuniões com a Secretária adjunta da Secretaria da Fazenda. Informou
163 que nada impede de o Coegemas fazer essa solicitação, se comprometeu a reforçar
164 esse pedido junto aquela Secretaria, mas não se sente a vontade em assinar a carta

165 conjuntamente, pois já realizou esse pedido insistentemente junto a Secretaria da
166 Fazenda. Entende que como Secretária de Estado do Desenvolvimento Social já fez
167 tudo o que estava a seu alcance para que houvesse um aporte de recursos. Entende
168 que o Coegemas tem todo direito de encaminhar essa solicitação de reunião e se
169 compromete a ser mediadora, no sentido de entrar em contato com aquela Secretaria
170 de Estado, para que atendam o Coegemas. Sr. Luan informou que irá solicitar também
171 ao Presidente da FECAM fazer parte desse movimento. Entende ser uma falta de
172 respeito com a política de Assistência Social, não somente com os gestores municipais,
173 mas com os usuários que estão precisando cada vez mais da política de Assistência
174 Social. Esclarece que o tema foi muito debatido na reunião de Coegemas, e
175 entenderam a necessidade de mostrarem sua indignação e de realizar este movimento
176 de questionar os critérios para a distribuição dos recursos. Informou que será elaborado
177 um documento solicitando a reunião. **5º Informes: Plano de Contingência para**
178 **enfrentamento da pandemia causada pelo Covid19:** Sra. Luciane informou que foi
179 realizada reunião do CEAS no dia 21 de julho de 2020, a gestão recebeu ofício com as
180 sugestões de inclusão para o Plano, e foi deliberado em plenária a formação de um
181 grupo de trabalho para construção dos Planos de Assistência Social, contemplando a
182 participação do controle social na elaboração dos referidos planos. Foi realizada a
183 primeira reunião do GT, que é composto por três representantes da Sociedade Civil,
184 três representantes do Governo, sem contar com os técnicos da SDS, e ainda um
185 representante dos usuários e um dos trabalhadores do SUAS, para que seja dada
186 continuidade às inclusões solicitadas, com o intuito de finalizar o Plano de Contingência
187 e também o PEAS (Plano Estadual de assistência Social). **Campanha Sinal Vermelho**
188 **para a Violência Doméstica coordenada pelo Tribunal de Justiça de SC:** Sra.
189 Carolina Freitas, gerente de proteção social especial de média complexidade da SDS,
190 informa que a Secretaria está participando de um GT do Tribunal de Justiça que está
191 coordenando a campanha, que envolve os farmacêuticos que tiverem interesse em se
192 cadastrar. O passo a passo está no site do TJ, que foi disponibilizado nos informes,
193 haverá capacitação para as farmácias que se cadastrarem. Informou ainda, que os
194 municípios também podem acessar o site, caso queiram receber a capacitação para
195 acompanhar e estar mais próximo da campanha e para incentivar as farmácias dos
196 municípios a participarem, pois é importante que a campanha atinja o Estado inteiro.
197 Sra. Luciane solicitou ao Coegemas que divulgue junto aos 295 municípios a respeito
198 da campanha, para que todos participem e incentivem as farmácias da suas regiões a
199 participarem dessa campanha tão importante. **5º Encerramento:** Sr. Luan agradeceu à
200 todos os gestores, técnicos que acompanharam a reunião de CIB, reunião produtiva,
201 com muitas informações, ressaltou a importância da aproximação do Estado com os
202 Gestores Municipais para dar força para lutar pela política de Assistência Social,
203 gostaria de agradecer aos colegas de mesa, tanto do Coegemas, como também da
204 SDS, afirmou que seu compromisso enquanto Presidente do Coegemas, é ser a voz de
205 todos os gestores municipais de Santa Catarina, sempre pensando na ampliação da

206 política de Assistência Social, do SUAS, agradece a todos. Secretária M^a Elisa,
207 agradece a todos, informa que a SDS está em esforço contínuo na busca por mais
208 recursos, salienta a importância do diálogo claro que se tem tido nas CIBs, que esse
209 módulo por videoconferência possibilita a participação de todos, que muitas vezes não
210 conseguiriam estar presentes nas CIBs presenciais, acredita que mesmo quando voltar
211 as reuniões presenciais, possa ser transmitida via *youtube* para todos que tiverem
212 interesse de participar. Questiona Sr. Luan se foi informado e solicitado a todas as
213 regiões do Estado se havia interesse em participar do Coegemas. Salienta a
214 importância da política pública de Assistência Social, principalmente nesse momento
215 tão difícil de pandemia, que muitos começam a perceber a importância dessa política
216 pública, que a SDS tem trabalhado muito para atender as demandas dos municípios,
217 que se tem lutado também em nível federal, no Fonseas e CIT para a manutenção dos
218 recursos ordinários, que seja recomposto da forma como havia sido pactuado em 2019.
219 Afirma que está a disposição para lutar por essa política, tanto no Estado de Santa
220 Catarina, quanto em nível Federal, sempre irá lutar pelo fortalecimento do SUAS.
221 Agradece a presença e participação de todos. Nada mais havendo a tratar, eu Maíra
222 Ribeiro Melo – Secretária Executiva da CIBSC, lavrei a presente Ata, cuja gravação
223 encontra-se nos arquivos da Secretaria Executiva da CIB-AS-SC.